



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

RELAT-DCI - 22020

Código de validação: E27B1EC25B

Relatório do Sistema de Controle Interno

**Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de
Pessoas Naturais do Maranhão – FERC**

Prestação de Contas – Exercício 2019





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	3
1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL	4
2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	5
3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. <i>Da realização da receita</i>	6
3.2 <i>Da realização da despesa</i>	8
CONSIDERAÇÕES FINAIS	10





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

INTRODUÇÃO

O presente Relatório é parte integrante da documentação exigida para fins de Prestação de Contas Anual, nos termos da Instrução Normativa nº 26/2011 e consoante à sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O objetivo deste documento é avaliar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2019.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á apenas a execução orçamentária do Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Maranhão – FERC, posto que as demais serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas pelo Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, atividade exercida pela Diretoria de Controle Interno, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira; nos instrumentos de planejamento orçamentário; e, em análises de processos e documentos administrativos.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 2016-2019 foi estabelecido pela Lei nº 10.375 de 16 de dezembro de 2015. O Programa macro do Poder Judiciário previsto no PPA/2016-2019, Prestação Jurisdicional (código 0543), teve por finalidade *“proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”*. Este programa foi subdividido em 9 (nove) Ações, das quais, 1 (uma) foi desenvolvida pelo FERC (UO 04903), a saber, 4430 – Gratuidade do Registro Civil.

O valor total planejado para o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543) no ano de 2019 foi de R\$ 1.051.737.889,19 (um bilhão cinquenta e um milhões setecentos e trinta e sete mil oitocentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos). Deste valor, 0,39% destinava-se à Ação 4430 – Gratuidade do Registro Civil, ou seja, R\$ 4.148.537,00 (quatro milhões cento e quarenta e oito mil e quinhentos e trinta e sete reais).

AÇÕES PPA 2016-2019 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4430 - Gratuidade do Registro Civil	Assegurar a gratuidade dos atos do registro civil das pessoas naturais do Estado do Maranhão	FERC	Certidão concedida	unidade	120.000	4.148.537,00

Fonte: PPA 2016-2019 disponível em: <https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-N%C2%B0-10.375-DE-16-DE-DEZEMBRO-DE-2015-PPA-2016-2019.pdf>, acessado em 20/03/2020.

Segue abaixo a execução do PPA no exercício de 2019 para o FERC:





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
Projeto / Atividade	4430 - Gratuidade do Registro Civil		
Produto	Certidão concedida		
Unidade de Medida	unidade		
Meta Física			
Planejada (A)	Realizada (B)	Eficácia (B/A)=C	
120.000	152.070	1,27	
Meta Financeira			
Planejada (D)	Realizada (E)	F = (E/D)	Eficiência (C/F)
4.148.537,00	2.948.076,46	0,71	1,78
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia: Eficácia >= 1,0 e Não Eficácia < 1,0			
Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência: Muito Eficiente > 1,0; Eficiente = 1,0; Media Eficiência = 0,50 a 0,99 e Baixa Eficiência < 0,50			
FONTES:			
1 - PPA 2016-2019 disponível em : https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-N%C2%B0-10.375-DE-16-DE-DEZEMBRO-DE-2015-PPA-2016-2019.pdf , acessado em 20/03/2020.			
2 - SISPCA - Relatório Execução Financeira por Programas e Ações emitido em 14/02/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira			

Do quadro acima, verifica-se que a meta física foi executada com um incremento de 27% em relação ao planejado no exercício de 2019, com a utilização de 71% dos recursos financeiros planejados, demonstrando a eficácia e eficiência da Ação.

2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2019 é a de nº 10.908, de 17 de julho de 2018. Ela propôs as metas e diretrizes para





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019. Os artigos 33 ao 41 da LDO 2019 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para aquele exercício.

No exercício de 2019, não houve reforço na dotação orçamentária, mantendo-se o valor da dotação inicial fixada na LOA, no montante de R\$ 7.350.000,00 (sete milhões e trezentos e cinquenta mil reais).

3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2019, Lei nº 10.988 de 31 de dezembro de 2018, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 1.351.332.485,00 (um bilhão trezentos e cinquenta e um milhões trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), assim distribuídos:

LOA 2019	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	1.219.321.485,00
TJ	1.197.357.485,00
CGJ	21.964.000,00
FERJ	120.336.000,00
FESMAM	715.000,00
FERC	7.350.000,00
FUNSEG	3.610.000,00
Total	1.351.332.485,00

Fonte: LOA 2019 disponível em:

<https://seplan.ma.gov.br/files/2019/01/LOA2019Vers%C3%A3o-Final.pdf>, acessado em 20/03/2020.

O valor orçado à unidade orçamentária do FERC correspondeu a 0,54% do total fixado na LOA 2019. A dotação fixada em 2019 aumentou 167% em relação à despesa realizada de 2018. Quanto à fonte, os recursos originam-se exclusivamente





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

de receitas do próprio Fundo e integram o Orçamento Fiscal.

3.1. Da realização da receita

O FERC foi criado pela Lei Complementar nº 130, de 29 de dezembro de 2009, com a finalidade a captação de recursos financeiros destinados a assegurar a gratuidade dos atos de registro civil praticados pelas serventias extrajudiciais do Maranhão. Nos termos do art. 3º da LC nº 130/2009, constituem receitas do FERC:

- repasses financeiros com vistas a viabilizar à população do Estado do Maranhão prestação dos serviços itinerantes de Registro Civil das Pessoas Naturais;
- receitas oriundas de convênios, acordos e contratos firmados com entidades públicas ou privadas, visando à adequada manutenção da gratuidade assegurada aos cidadãos, possibilitando-lhes a prestação dos serviços públicos;
- três por cento dos emolumentos devidos às serventias extrajudiciais conforme as tabelas de Emolumentos do Estado do Maranhão;
- rendimentos de aplicações financeiras com recursos do FERC.

Após análise do Balanço Orçamentário observa-se que o FERC arrecadou o valor de R\$ 8.599.633,97 (oito milhões quinhentos e noventa e nove mil seiscientos e trinta e três reais e noventa e sete centavos) no exercício de 2019, demonstrando um aumento na arrecadação de 9,74% em relação ao exercício anterior, como demonstrado no quadro a seguir:

Arrecadação – FERC			
Receitas	2018	2019	%
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	7.658.323,67	8.382.723,65	9,46%
Receita Patrimonial	178.180,25	210.322,46	18,04%
Outras Receitas Correntes	-	6.587,86	
TOTAL	7.836.503,92	8.599.633,97	9,74%

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 20/02/2020 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Do confronto entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada apura-se um resultado orçamentário superavitário no período no valor de R\$ 5.651.557,51 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e um mil quinhentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e um centavos).

Apuração do Resultado Orçamentário	
	Realizada
Receita Orçamentária Realizada	8.599.633,97
Despesa Orçamentária Empenhada	2.948.076,46
Resultado Orçamentário	5.651.557,51

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 20/02/2020 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

3.2 Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para 2019 permaneceu inalterada no valor de R\$ 7.350.000,00 (sete milhões trezentos e cinquenta mil reais), já que não houve abertura de créditos adicionais no período. Por sua vez, a despesa realizada no exercício de 2019 totalizou R\$ 2.948.076,40 (dois milhões novecentos e quarenta e oito mil setenta e seis reais e quarenta centavos), o que representa uma execução de 40% da dotação fixada, conforme destacado no quadro abaixo:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
PROGRAMA/AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	%
		(A)	(B)	(C)	(B-C)	(C/B)
0543	PRESTAÇÃO	7.350.000,00	7.350.000,00	2.948.076,46	4.401.923,54	40%





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

	JURISDICIONAL					
4430	GRATUIDADE DO REGISTRO CIVIL	7.350.000,00	7.350.000,00	2.948.076,46	4.401.923,54	40%

Fontes:

1 - SISPCA - Relatório Execução Financeira por Programas e Ações emitido em 14/02/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira

2 - SIGEF - Relatório de Execução Orçamentária por Unidade Orçamentária/ Ação/ Subação emitido em 06/03/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira

Conforme apresentado no Relatório de Gestão, a compensação dos atos gratuitos depende da demanda dos Cartórios de Registro Civil, e não da ação direta do Poder Judiciário nesse sentido. Observa-se, neste caso, a necessidade de melhor planejamento da dotação, observando a execução de exercícios anteriores. Todavia, embora a execução orçamentária da Ação tenha ficado inferior a 50% da dotação fixada, conforme destacado no tópico *1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL*, a meta física realizada superou a planejada em 27%, com um gasto inferior ao planejado, o que demonstra a eficácia e eficiência da ação no exercício.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos exames realizados, verificou-se que:

- o cumprimento da meta física prevista no PPA com um acréscimo de 27% sobre o planejamento inicial mediante a utilização de 71% da meta física planejada, demonstrando eficácia e eficiência da Ação 4430 – Gratuidade do Registro Civil;
- a ausência de créditos adicionais abertos no exercício de 2019;
- um crescimento de 9,74% na arrecadação do FERC em relação ao exercício anterior, com um resultado orçamentário superavitário.
- a execução orçamentária da Ação 4430 (Gratuidade do Registro Civil) utilizou 40% da dotação atualizada para o período, demonstrando a necessidade de melhorias no planejamento da dotação na LOA, observando-se a execução em exercícios anteriores;
- as despesas realizadas constaram de rubricas específicas e em conformidade com a classificação funcional-programática da Lei nº 4.320/64; bem como houve a observância às fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da referida lei, segundo amostra definida para exame.

São Luís, 14 de abril de 2020.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretor de Controle Interno
Diretoria de Controle Interno
Matrícula 107318

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 14/04/2020 19:25 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)

